

COOPERATIVISMO, EMPODERAMENTO FEMININO E TRANSIÇÃO GERACIONAL NO OESTE DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO NA LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL¹

Roberta Vedana²
Mary Paula Arends-Kuenning³
Pery Francisco Assis Shikida⁴
Marcos de Oliveira Garcias⁵

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da agricultura familiar, definida pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, e de suas formas de reprodução social se deve, em grande medida, por seu predomínio no meio rural brasileiro e sua importância para as economias locais (Brasil, 2017). Em termos numéricos, segundo dados do censo agropecuário de 2017, dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários no Brasil, 76,8% são familiares. Assim, tornam-se necessárias análises atentas às especificidades, sobretudo regionais, que desafiam as propriedades agropecuárias familiares.

Trazendo o assunto para o prisma regional, tem-se no estado do Paraná 305.154 estabelecimentos agropecuários (75% são familiares), sendo que 42.506 estão localizados na mesorregião oeste, correspondendo a 13,9% dos estabelecimentos paranaenses. Nessa região, composta por cinquenta municípios, compreendidos pelas microrregiões de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel, 75,6% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar e 71% têm menos de 20 ha. Os dados do censo indicam também que o número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários com a agricultura familiar no oeste paranaense é de 75.059 pessoas, sendo a maioria (63,6%) homens (IBGE, 2019).

Observando a história da colonização dessa região, nota-se que a origem das propriedades familiares está centrada no movimento migratório de colonos gaúchos e catarinenses, em sua maioria descendentes ítalo-germânicos, iniciado em meados de 1940 e intensificado

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua23art11>

2. Mestra em economia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – *campus* Toledo; e pesquisadora de cooperação integrada entre a Unioeste e University of Illinois. *E-mail*: <robertavedana@hotmail.com>.

3. Professora associada da University of Illinois. *E-mail*: <marends@illinois.edu>.

4. Professor associado da Unioeste – *campus* Toledo; e pesquisador de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail*: <peryshikida@hotmail.com>.

5. Professor adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). *E-mail*: <marcos.o.garcias@gmail.com>.

na década de 1950. A vinda desses migrantes, principalmente do Rio Grande do Sul, foi motivada por dois fatores principais: o primeiro decorreu do processo de subdivisão das terras por herança familiar, que implicou um esgotamento de áreas de agricultura; e o segundo ocorreu devido à ampliação de grandes propriedades voltadas à produção pecuária. No oeste do Paraná, esse fluxo populacional se consolidou em pequenas propriedades baseadas na agricultura familiar (Rippel, 2005).

Esse modelo de estrutura fundiária, pautado na pequena propriedade, representou, segundo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), um entrave ao processo de mecanização ocorrido a partir da década de 1970 (IparDES, 2008). Isso porque a capacidade operacional de grande parte das máquinas (tratores, por exemplo) era maior do que a área individual disponível, representando investimentos acima das possibilidades dos produtores, gerando um desperdício de capital produtivo e, como consequência, maiores custos. Esse entrave foi sendo superado pela criação, por parte dos próprios agricultores, de cooperativas e demais associações, permitindo o acesso ao crédito, aquisição de tecnologias avançadas, máquinas, equipamentos, sementes tratadas, entre outros insumos que possibilitaram a especialização de atividades econômicas ligadas à agricultura.

A transformação da estrutura produtiva regional, acompanhada pela integração do produtor às agroindústrias privadas ou mesmo cooperativas, representou uma oportunidade de manutenção das famílias no campo por meio da pluriatividade e da diversificação da renda (Rippel, 2005). Resultado disso é o destaque da região como uma das principais produtoras de grãos e proteína animal do Paraná, principalmente a carne de frango, que representa 70% dos produtos exportados pelo estado (Avesui, 2019).

Interessante notar que a dificuldade de reprodução social da agricultura familiar nos demais estados do Sul do Brasil que, de certo modo, levou à colonização da região oeste do Paraná a partir de 1940, chama novamente atenção para os desafios que se colocam na questão da sucessão familiar na agricultura regional. Alguns dos desafios a ser citados são: a dificuldade na identificação do sucessor e no planejamento do processo sucessório; a insegurança quanto à aposentadoria; além da dificuldade de romper com o privilégio de sucessão do gênero masculino (visto que o sucessor geralmente é o filho de sexo masculino do gestor) (Kiyota e Perondi, 2014; Oliveira e Vieira Filho, 2018).

Compreender o processo de transição geracional em propriedades rurais é um assunto que tem sido objeto constante de estudos realizados para diferentes regiões dos três estados do Sul do Brasil. Esses trabalhos têm focado sua análise na sucessão da agricultura familiar e os fatores socioeconômicos envolvidos nesse processo (Spanevello, Drebes e Lago, 2011; Kiyota, Perondi e Vieira, 2012; Kiyota e Perondi, 2014; Kischener, Kiyota e Perondi, 2015; Panno e Machado, 2016; Staloch e Rocha, 2018).

Entre os fatores que podem influenciar no processo de sucessão estão as cooperativas agropecuárias, instituições promotoras de desenvolvimento no meio rural, e suas ações estratégicas capazes de envolver o agregado familiar como um todo na gestão da propriedade e abordar a questão acerca da sucessão geracional. Para este trabalho, o cooperativismo agropecuário merece destaque, sendo objeto de estudo a Lar Cooperativa Agroindustrial, localizada no município de Medianeira (Paraná). A escolha dessa cooperativa para realização da pesquisa se deu em função de seu interesse comum e dos pesquisadores em entender, a partir dos aspectos socioeconômicos, a participação feminina na tomada de decisões da propriedade rural e o processo de reprodução social da agricultura experimentado na região.

Outrossim, este artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa firmado entre a Unioeste, a University of Illinois at Urbana-Champaign (representada pela professora doutora Mary Arends-Kuenning),⁶ e a Lar Cooperativa Agroindustrial.

O procedimento de investigação utilizado foi o estudo de caso com entrevistas do tipo survey a partir da aplicação de questionário. Foram entrevistados, ao longo dos meses de fevereiro e dezembro de 2019, 150 casais (trezentos indivíduos), distribuídos em cinco municípios da região oeste paranaense em que a cooperativa atua.⁷ Os resultados obtidos a partir dessa amostra são estatisticamente representativos para um nível de 95% de confiança e margem de erro de 5%. Também são explorados dados secundários do censo agropecuário de 2017.

O trabalho está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A seção 2 apresenta a Lar Cooperativa Agroindustrial e seus comitês educativos, discute os resultados da pesquisa sobre empoderamento feminino na agricultura. A seção 3 caracteriza a dinâmica do processo de sucessão geracional das famílias associadas à cooperativa. Nas considerações finais (seção 4), resumem-se os desafios para o processo de transição geracional na agricultura, sobretudo familiar.

2 LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

A Lar Cooperativa Agroindustrial, fundada em 19 de março de 1964, em Missal, como Cooperativa Mista Agrícola Sipal (Comasil), teve origem na colonização da Gleba dos Bispos. A iniciativa da sua criação partiu dos agentes responsáveis pela colonização (representantes da Igreja Católica e da Colonizadora Sipal Ltda.) e de 55 agricultores, imbuídos pelos princípios do cooperativismo e do associativismo. Em 1971, por razões estratégicas de localização, houve a mudança da sede para Medianeira. Em 1973, passou a se chamar Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal), e posteriormente ganhou o nome Cooperativa Agroindustrial Lar, em 2001, para a partir de 2015 se chamar Lar Cooperativa Agroindustrial.⁸

Atualmente, a cooperativa conta com 13 unidades de atendimento aos associados na região oeste paranaense, 14 unidades no Mato Grosso do Sul e 1 em Santa Catarina, totalizando 28 unidades que oferecem atendimento técnico e fazem a comercialização de insumos e produtos agrícolas. Integra cerca de 10.887 associados e emprega mais de 13 mil funcionários. A Lar atua no setor do agronegócio e na agroindustrialização (congelados, cortes de frango, grãos etc.), e seus industrializados atendem o mercado local e regional, também sendo exportados para países das Américas, Europa, Ásia e países árabes. Em 2019, o faturamento da Lar foi de R\$ 6,4 bilhões, 26% maior do que no ano anterior.⁹

Entre as atribuições da cooperativa incluem-se a difusão de tecnologia, a assistência técnica, a agregação de valor aos produtos, a geração de emprego e renda, além da promoção de atividades de capacitação para associados e familiares, previstas no seu estatuto social.

A cooperativa manterá o seu quadro social organizado em Comitê Educativo Central, comitês por atividades, Comitê Feminino e Comitê de Jovens com funções educativas e auxiliares ao Conselho de Administração, bem como na preparação de líderes para governança da Sociedade (Lar Cooperativa Agroindustrial, 2018, p. 13, art. 16).

6. Convênio que está no seu 4º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação entre a University of Illinois e a Unioeste, realizado em 2018/2019, que resultou na dissertação de Vedana (2020).

7. Critérios estabelecidos para atender as especificidades da pesquisa de Vedana (2020).

8. Disponível em: <<http://www.lar.ind.br/v4/institucional/index.php>>.

9. Disponível em: <<http://www.lar.ind.br/v4/institucional/index.php>>.

Os comitês educativos têm por objetivo constituir um conjunto de representantes que discutam problemas e necessidades, analisam questões e sugerem ideias que possam atender aos interesses da comunidade cooperativista. Atualmente, as atividades educativas são voltadas para a melhoria da oratória, autoestima, comunicação e expressão, relacionamento familiar e social, desenvolvimento pessoal e liderança. Os cursos ofertados são direcionados para mulheres e filhos por meio dos comitês Feminino e de Jovens. Já os homens participam do Comitê Central, com formação específica e discussão de assuntos que dizem respeito à gestão do empreendimento rural.¹⁰

3 EMPODERAMENTO FEMININO E TRANSIÇÃO GERACIONAL NO OESTE DO PARANÁ

Nesta seção são apresentados os resultados do empoderamento feminino, um processo que consiste no ganho de poder e controle sobre decisões e recursos que determinam a qualidade de vida de uma pessoa (Jackson, 1996), evidenciando ações realizadas pela Lar Cooperativa Agroindustrial. Além disso, são discutidos os perfis familiares e os possíveis sucessores dos estabelecimentos agropecuários.

Vedana (2020), em pesquisa de campo, analisou o empoderamento das mulheres, em sua maioria agricultoras, ligadas à Lar Cooperativa Agroindustrial. O empoderamento foi mensurado utilizando uma adaptação do Women's Empowerment in Agriculture Index (WEAI). Para isso, foram coletados dados primários, por meio de entrevistas do tipo *survey* com 150 casais, divididos ainda em dois grupos de pesquisa, tratamento e controle. A opção por entrevistar casais se deu pela facilidade de identificar os adultos, homem e mulher, principais tomadores de decisão de cada domicílio, critério metodológico do WEAI. Vale destacar que a mensuração do WEAI é feita a partir de cinco dimensões: produção, recursos, renda, liderança e alocação do tempo. Essa metodologia já foi aplicada em diversos países, tais como África do Sul, Bangladesh, Etiópia, Filipinas, Gana, Guatemala, Índia, Indonésia, Mianmar, Quênia, Tailândia e Uganda.

Como resultado da pesquisa, verificou-se que a maioria das mulheres da amostra demonstrou ser empoderada. Entretanto, as mulheres do grupo de tratamento, ou seja, aquelas que participam das atividades promovidas pelo Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina (mantido pela Lar), apresentaram índice de empoderamento superior ao das que não participam das atividades, e fazem parte, portanto, do grupo de controle. Para aquelas que fazem parte do programa, o índice WEAI foi de 0,959, e para as que não fazem parte, 0,898. Essa diferença pode ser um indício de que tal iniciativa da Lar contribuiu para a criação de condições favoráveis ao maior envolvimento das mulheres no processo de tomada de decisões relativas à agricultura. Adicionalmente, foi verificado que, embora essas pessoas experimentem um nível elevado de empoderamento, há ainda disparidades entre os gêneros em favor dos homens, principalmente nos domicílios em que as mulheres não participam do programa.

A partir das entrevistas dos 150 casais que possibilitaram o estudo de Vedana (2020), foi possível explorar os resultados sob o ponto de vista da sucessão familiar dos domicílios pesquisados utilizando variáveis como: número de filhos; idade dos filhos; a possibilidade de sucessão dos filhos; a percepção do entrevistado sobre a importância das atividades sociais e treinamentos com mães, jovens etc.; e se a cooperativa contribuiu para a família permanecer no campo com atividades compatíveis com a propriedade.

10. Disponível em: <<http://www.lar.ind.br/v4/institucional/index.php>>.

Os 150 casais entrevistados foram tipificados em dois grupos: famílias com possibilidade de sucessão e famílias sem possibilidade de sucessão. No primeiro grupo ficaram 105 famílias que indicaram pelo menos um possível sucessor na unidade de produção, e no segundo grupo ficaram 45 famílias que não apresentaram um possível sucessor para a propriedade.

Na tabela 1 é apresentada a caracterização das famílias associadas à Lar Cooperativa Agroindustrial com e sem possibilidade de sucessão. Observa-se que a média do número de membros da família é equilibrada para os dois grupos. Estudo de Kiyota e Perondi (2014) sugeriu a ideia de que a redução do número de membros eleva o risco de não sucessão, fato não observado nesta pesquisa. A idade média do principal decisor masculino e feminino da família também não apresenta diferenças significativas entre os dois grupos.

TABELA 1
Caracterização das famílias associadas à Lar Cooperativa Agroindustrial com e sem possibilidade de sucessão

Indicadores	Famílias com sucessor	Famílias sem sucessor	Total
Número de famílias	105	45	150
Número médio de membros da família	4,39	4,41	4,38
Idade média do principal tomador de decisão masculino da família	55,79	56,09	55,67
Idade média do principal tomador de decisão feminino da família	51,54	51,50	51,32

Fonte: Vedana (2020).
Elaboração dos autores.

A pesquisa também revelou, de acordo com o gráfico 1A, que 42,9% das 105 famílias com possíveis sucessores têm renda mensal bruta de 3,1 a 6 salários mínimos (SMs) nacionais.¹¹ Entre as 45 famílias sem possibilidade de sucessão (gráfico 1A), 46,7% têm renda mensal bruta também de 3,1 a 6 SMs. As faixas salariais, estabelecidas por critérios da pesquisa, mostraram resultados muito parecidos entre os dois grupos. Interessante observar que a região oeste do Paraná possui um perfil socioeconômico caracterizado pelo elevado nível de capital social e humano, pelo acesso ao crédito, aos recursos produtivos e à assistência técnica especializada, além de apresentar um modelo de agricultura essencialmente familiar voltada ao mercado, com a produção de soja e milho – características amparadas pela presença de cooperativas.

Sobre a estrutura fundiária, das 150 famílias entrevistadas, cinco delas com sucessor e cinco sem sucessor declararam não possuir terreno agrícola, sendo a área utilizada para a produção agropecuária arrendada. Das cem famílias entrevistadas com possibilidade de sucessão que declararam possuir terreno agrícola, 11% têm até 10 ha; 78% entre 11 e 72 ha; 3% entre 73 e 100 ha; 7% entre 101 e 500 ha; e 1% acima de 500 ha. Entre as quarenta famílias sem possibilidade de sucessão que disseram possuir terreno agrícola, 27,5% têm até 10 ha; 65% entre 11 e 72 ha; 2,5% entre 73 e 100 ha; 5% entre 101 e 500 ha; e nenhuma família declarou ter acima de 500 ha (gráfico 1B).

Seguindo a tendência revelada pelo censo agropecuário de 2017 em âmbito nacional, estadual e regional, verificou-se a predominância de pequenas propriedades rurais com áreas de até 72 ha, sendo 89% e 92,5% para as famílias com e sem possibilidade de sucessão, respectivamente. Essa área média é equivalente aos quatro módulos fiscais nos municípios pesquisados na região oeste do Paraná, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2020), tipificada pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, que define o tamanho da propriedade como um dos critérios para agricultura familiar (Brasil, 2017).

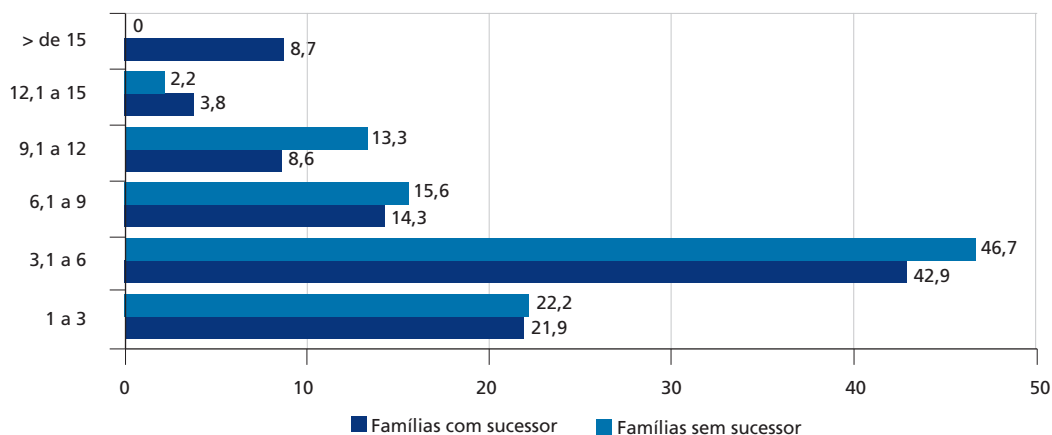
11. O SM em 2019 foi de R\$ 998,00, segundo Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019 (Brasil, 2019).

GRÁFICO 1

Perfil socioeconômico das famílias associadas à Lar Cooperativa Agroindustrial com e sem possibilidade de sucessão

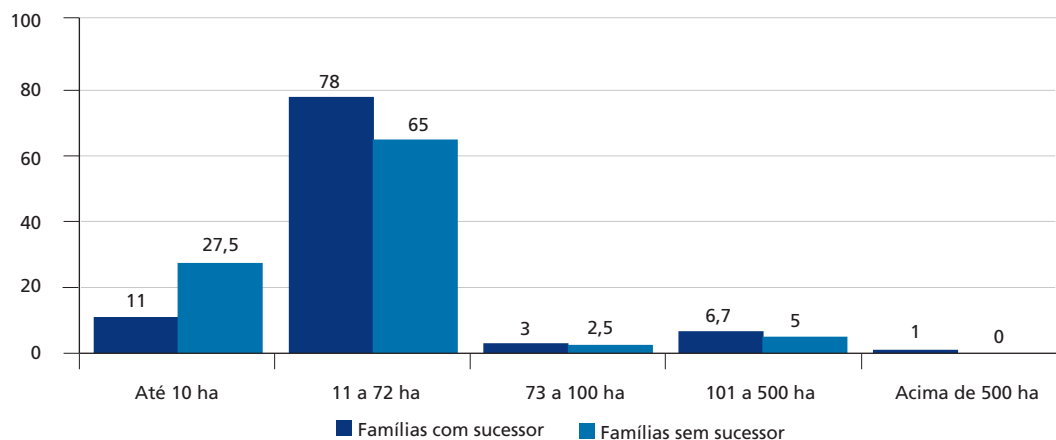
1A – Renda mensal bruta

(Em SMs)



1B – Tamanho das propriedades

(Em ha)



Fonte: Vedana (2020).
Elaboração dos autores.

Quanto à escolaridade (tabela 2), nota-se que os entrevistados dos dois grupos não apresentam grandes dissimilaridades. O nível de instrução com maior frequência foi o ensino fundamental incompleto, seguido pelo ensino médio completo e ensino fundamental completo, tanto para homens como para mulheres. Esse resultado se mostrou bastante parecido com a escolaridade dos produtores rurais da região oeste paranaense como um todo, apresentada pelo censo agropecuário de 2017. De acordo com os dados do censo, entre os homens, 40% fizeram o equivalente ao ensino fundamental incompleto, 22,8% o equivalente ao ensino médio completo, e 10,2% o equivalente ao ensino fundamental completo. Entre as mulheres, os resultados foram de 38%, 20,6% e 9,5% para esses mesmos níveis de instrução, respectivamente.

Ao analisar a escolaridade dos adultos, homem e mulher, principais decisores de cada família dos dois grupos, com e sem possibilidade de sucessão, observou-se que as mulheres têm um nível de escolaridade superior ao dos homens. A análise por faixa etária revelou níveis mais elevados de escolaridade entre os adultos em comparação aos idosos, tanto para homens como para mulheres dos dois grupos. Isso demonstra, assim como afirmam Kiyota

e Perondi (2014), que as famílias rurais entenderam a importância de se investir em capital humano. A expectativa é que o acesso à escolaridade por parte dos principais decisores masculino e feminino resulte na melhoria da gestão das propriedades, gerando melhores perspectivas à sucessão familiar.

TABELA 2
Escolaridade dos principais decisores masculino e feminino das famílias associadas à Lar
Cooperativa Agroindustrial com e sem possibilidade de sucessão
 (Em %)

Escolaridade	Família com sucessor		Família sem sucessor	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Não alfabetizado	0,95	1,0	0,0	0,0
Ensino fundamental incompleto	41,90	41,9	46,7	37,8
Ensino fundamental completo	14,30	11,4	11,1	11,0
Ensino médio incompleto	5,70	5,7	2,2	6,7
Ensino médio completo	23,80	21,9	24,4	24,4
Ensino superior incompleto	6,70	5,7	4,4	4,4
Ensino superior completo	5,70	9,5	9,0	9,0
Pós-graduação	0,95	2,9	2,2	6,7

Fonte: Vedana (2020).
 Elaboração dos autores.

Embora a transferência patrimonial, parcial ou total da herança, pela morte de alguém, para um ou mais herdeiros, seja definida pelos arts. 6º e 1.784 do Código Civil Brasileiro (Diniz, 2009), o processo de transição geracional na agricultura familiar leva em consideração características socioculturais. Desse modo, o desejo e o incentivo dos pais ainda são um fator capaz de influenciar a escolha dos filhos para sucessão no meio rural.

A partir da tabela 3, que apresenta a caracterização dos sucessores das famílias associadas à Lar Cooperativa Agroindustrial, segundo a perspectiva dos pais, observa-se que, mesmo com a quantidade média de filhos de ambos os sexos praticamente igual, o número médio de possíveis sucessores do sexo masculino é superior ao feminino, indicando certo viés de gênero aos processos sucessórios.

TABELA 3
Caracterização dos sucessores das famílias associadas à Lar Cooperativa Agroindustrial

Famílias com sucessores	Número médio
Número médio de filhos por família	2,39
Número médio de filhos do sexo masculino	1,20
Número médio de filhos do sexo feminino	1,18
Número médio de sucessores do sexo masculino	1,02
Número médio de sucessores do sexo feminino	0,55

Fonte: Vedana (2020).
 Elaboração dos autores.

A preferência pelos filhos homens na sucessão das propriedades rurais esteve tradicionalmente relacionada com a ideia de que eles trabalham direta e efetivamente na produção agrícola junto com os pais, e por isso são mais capacitados para dar continuidade ao patrimônio e aos empreendimentos familiares (Carneiro, 2001). Contudo, Kiyota e Perondi (2014) pontuam que essas concepções do passado acerca do modelo de reprodução

social da família vêm sendo questionadas pelos filhos, que têm a possibilidade jurídica de recorrer ao Código Civil em caso de desacordo com o projeto de sucessão.

Em relação à idade média dos sucessores do sexo masculino comparada à idade média das sucessoras do sexo feminino, observou-se que eles são mais jovens, 23,7 anos contra 29,4 anos, respectivamente – uma diferença média de 5,7 anos. Entre as motivações que levam os(as) jovens a escolher ou não ficar no meio rural e ser um(a) agricultor(a), Brumer e Spanevello (2008) citam: as oportunidades de trabalho existentes na agricultura familiar, nas atividades não agrícolas no meio rural ou nas cidades próximas aos locais de residência; educação; lazer e o modo de vida; participação em movimentos ou atividades sociais; ter um trabalho remunerado e autonomia para tomar decisões sobre seu trabalho e sua renda; perspectiva de herdar a propriedade; acesso ao crédito e a políticas públicas; e a possibilidade de constituição de uma família no meio rural.

Por isso a importância do argumento defendido por Kiyota e Perondi (2014) de que atualmente as famílias que mantêm o jovem na propriedade rural o fazem porque conseguem refletir condições favoráveis à sua permanência com expectativa de sucessão nas atividades agropecuárias, sem que se tenha de buscar alternativas fora da propriedade. Kischener, Kiyota e Perondi (2015) complementam dizendo que um dos fatores que contribuem para a permanência dos jovens no meio rural é a inclusão dos seus projetos nas estratégias de reprodução social familiar.

A consideração de projetos dos filhos no planejamento da família é uma das questões discutidas, direta e indiretamente, durante as atividades promovidas pelos comitês educativos da cooperativa. Palestras, treinamentos técnicos e demais ações promovidas não focam apenas no cooperado, mas sim objetivam aproximar a família (homens, mulheres e jovens) da gestão da propriedade. Um exemplo disso são os dias de campo realizados em janeiro de 2019, exclusivo para as mulheres; em janeiro de 2020, além do público feminino, houve também a inclusão dos jovens (Lar Cooperativa Agroindustrial, 2018; 2020).

Torna-se, dessa forma, importante analisar a participação das famílias nas ações promovidas pela cooperativa. Sobre isso, observou-se que entre as 105 famílias com sucessor, 93,3% dos homens e 67,6% das mulheres participam de treinamentos oferecidos. Nas 45 famílias sem sucessor, 93,3% dos homens e 71,1% das mulheres participam dos treinamentos. O alto percentual de participação nas atividades pelas famílias, tanto aquelas com sucessor quanto as sem sucessor, mostra a proximidade da Lar com os seus associados e a sua preocupação não apenas em relação à continuidade das propriedades associadas, mas como da própria cooperativa.

Com relação à participação no Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina, mantido pela Lar por meio do Comitê Feminino, observou-se que das 105 famílias com sucessor, 55,2% das mulheres participam do programa, enquanto para as 45 famílias sem sucessor, 37,8% das mulheres participam. Interessante notar que 41,9% das mulheres com sucessor participam de ambas as atividades, enquanto 31,1% das mulheres sem sucessor também participam dos dois modelos.

No que diz respeito à opinião dos associados sobre as atividades sociais e os treinamentos com mães e jovens, e demais ações voltadas à família associada, verificou-se o seguinte: das 105 famílias com sucessor, 84,8% dos homens e 89,5% das mulheres classificaram como importante ou muito importante; 14,3% dos homens e 8,6% das mulheres se disseram indiferentes; e apenas 0,95% dos homens e 1,9% das mulheres classificaram como pouco

importante ou sem importância. Das 45 famílias sem sucessor, 82,2% dos homens e 88,9% das mulheres classificaram como importante ou muito importante; 11,1% dos homens e 8,9% das mulheres se declararam indiferentes; 6,7% dos homens e 2,2% das mulheres classificaram como pouco importante ou sem importância.

Quando perguntados se a cooperativa contribui para sua família permanecer no campo com atividades compatíveis com a propriedade, das 105 famílias com sucessor 97,1% avaliaram o papel da Lar como importante ou muito importante, e apenas 2,9% se disseram indiferentes. Entre as 45 famílias sem sucessor, 91,1% avaliaram o papel da Lar como importante ou muito importante; 6,7% foram indiferentes; e 2,2% disseram ser pouco importante ou sem importância o papel da Lar na sua permanência na propriedade.

Os resultados obtidos a partir das entrevistas permitem inferir que o cooperativismo exercido pela Lar tem possibilitado, além da diversificação das atividades no meio rural, a integração social e econômica da esfera familiar na comunidade.

4 CONCLUSÃO

Na região oeste do Paraná, o cooperativismo tem um papel importante no desenvolvimento rural, como evidenciado neste artigo. Sua atuação, por meio de transferência de tecnologia, assistência técnica, compra, venda, armazenamento da produção e da agroindustrialização, gera emprego, renda e garante a dinâmica econômica regional. Além disso, o cooperativismo está fortemente relacionado ao fortalecimento do capital social e de princípios do associativismo, caso da Lar Cooperativa Agroindustrial, que oferece palestras, cursos e treinamentos direcionados a todos os integrantes do agregado familiar.

A análise descritiva das 150 famílias entrevistadas mostrou que 105 famílias indicaram pelo menos um possível sucessor para a unidade de produção e 45 famílias não apresentaram um possível sucessor para a propriedade. A idade média dos principais tomadores de decisão masculino e feminino do domicílio foi de 56 anos para os homens e 51,5 para as mulheres. A renda familiar está entre 3,1 e 6 SMs e a maioria tem propriedade de até 72 ha, ou seja, um predomínio de pequenas propriedades. O nível de instrução com maior frequência foi o ensino fundamental incompleto, seguido pelo ensino médio completo e ensino fundamental completo. Tal resultado se mostrou bastante parecido com a escolaridade dos produtores rurais da região oeste paranaense como um todo (apresentada pelo censo agropecuário de 2017). Quanto ao número de filhos, observou-se a média de dois por casal. Entre as famílias com sucessor, os filhos homens são os principais sucessores nas propriedades, e observou-se também que a média de idade é menor para os sucessores masculinos se comparados com a média de idade das sucessoras do sexo feminino.

O elevado percentual de participação nas atividades pelas famílias, tanto aquelas com sucessor quanto as sem sucessor, denota a preocupação da cooperativa em integrar toda a família na gestão da propriedade e estimular a sua reprodução social, que perpassa pela criação de um ambiente favorável ao planejamento familiar.

Importante salientar que o avanço em relação às questões concernentes ao exercício de poder de decisão intrafamiliar é fundamental para o planejamento e a continuidade da propriedade. Esse avanço pode ser obtido por meio do acesso a atividades transversais, como as ofertadas pela cooperativa. Essas atividades são baseadas, em grande medida, na dinamização do capital social e no empoderamento dos participantes, sobretudo das mulheres que, tradicionalmente, exercem um papel coadjuvante na parte administrativa da produção

nos estabelecimentos no meio rural. A premissa deste trabalho propõe que mulheres mais empoderadas contribuem de forma mais efetiva na gestão da propriedade e no planejamento do processo de identificação e preparação de futuros sucessores.

Ademais, outras organizações se destacam na comercialização, na armazenagem e no escoamento da produção agropecuária do oeste paranaense (por exemplo, empresas privadas nacionais e internacionais, institutos de pesquisa etc.), exercendo papel de articuladoras junto com entidades estaduais para influenciar nas decisões do governo estadual sobre melhorias de infraestrutura logística regional. Outrossim, diferentemente de grande parte do Brasil, a região oeste do Paraná conta com estradas vicinais asfaltadas que facilitam o deslocamento dos residentes do meio rural para o meio urbano, possibilitando, assim, o acesso a escolas, universidades, comércio e atividades de lazer. Os meios de comunicação também são realidade para grande parte dessa população. Esses fatores, que também tiveram na organização cooperativa a sua viabilidade efetivada, têm grande peso na decisão dos jovens em escolher assumir a gestão da propriedade agropecuária e suceder os pais na agricultura familiar.

Os resultados apresentados levantam questões importantes para o debate em torno do empoderamento feminino no âmbito rural, da transição geracional e o papel do cooperativismo como agente mediador desses processos. Sugere-se, além de mais pesquisas sobre o assunto em epígrafe, que a implementação de políticas públicas para a transição geracional na agricultura considere aspectos regionais, aliando as diferentes instituições ligadas ao meio rural, tais como cooperativas e associações.

REFERÊNCIAS

AVESUI. Você sabe onde fica o maior centro produtivo de proteína animal do mundo? **Avesui América Latina**, 27 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.avesui.com/imprensa/voce-sabe-onde-fica-o-maior-centro-produtivo-de-proteina-animal-do-mundo/20190227-150404-l791>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial**, Brasília, 31 maio 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019. Dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. **Diário Oficial**, Brasília, 1º jan. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9661.htm>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da região Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS; Chapecó: Fetráf-Sul/CUT, 2008. (Relatório de Pesquisa).

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 22-55, 2001.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 6.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Oeste paranaense: o 3º espaço relevante – relatório de pesquisa**. Curitiba: IparDES, 2008. p. 90. (Estudo Os Vários Paranás).

JACKSON, C. Rescuing gender from the poverty trap. **World Development**, v. 24, n. 3, p. 489-504, 1996.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, 2015.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? *In*: BUAINAIN, A. M. *et al.* (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1012-1045.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A.; VIEIRA, J. A. N. Estratégia de sucessão geracional na agricultura familiar: o caso do condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, v. 16, n. 1, p. 192-211, 2012.

LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. **Estatuto social: aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária**. Medianeira: Lar, 22 out. 2018.

_____. Dia de Campo Lar: aproximadamente 1.650 associados participaram do evento. **Lar Comunicação**, 16 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.lar.ind.br/dia-de-campo-da-lar-aproximadamente-1650-associados-participaram-do-evento/>>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

_____. Dia de Campo Lar: conhecimento que gera produtividade. **Lar Comunicação**, 30 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.lar.ind.br/dia-de-campo-lar-conhecimento-que-gera-produtividade/>>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

OLIVEIRA, W. M. de; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Sucessão nas fazendas familiares: problemas e desafios**. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2385).

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. A sucessão em propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen/RS: influências e direcionamentos decisórios dos atores. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 217-237, 2016.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento no oeste do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 250 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SPANEVELLO, R. M.; DREBES, L. M.; LAGO, A. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. *In*: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília: Ipea, 2011.

STALOCH, R.; ROCHA, I. de O. Agricultura familiar e a permanência no campo: a experiência de um projeto realizado e a percepção de jovens sobre o município de Santa Terezinha (Santa Catarina). **Extensão Rural**, v. 25, n. 3, p. 90-112, 2018.

VEDANA, R. **Empoderamento feminino na agricultura: um estudo de caso na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná)**. 2020. 92 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.

